



## XXVIII CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS DA UNIÃO EUROPEIA

Santa Cruz de Tenerife, 8 de novembro de 2023

Os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, reunidos na sua XXVIII Conferência Anual em Santa Cruz de Tenerife, sob a presidência de Fernando Clavijo Batlle, Presidente das Canárias, adotam a seguinte

### DECLARAÇÃO FINAL

As Regiões Ultraperiféricas (RUP), tal como toda a União Europeia (UE), tiveram de lidar, recentemente, com um contexto geopolítico marcado por uma degradação internacional que veio agravar, ainda mais, a sua vulnerabilidade e dependência do mundo exterior.

Os conflitos armados no mundo e a instabilidade nos nossos ambientes geográficos, especialmente em África e nas Caraíbas, exigem respostas concretas para garantir a segurança e a estabilidade em toda a União Europeia, incluindo nos seus territórios mais remotos.

Além disso, os possíveis alargamentos da União Europeia nos próximos anos tornam o nosso futuro ainda mais incerto.

A União deve procurar equilíbrios para o futuro, zelando sempre pela sua estabilidade e coesão interna, com base na abordagem de autonomia estratégica preconizada pela Comissão Europeia. Esta abordagem não pode ser apenas continental, mas deve também ser projetada para as nossas regiões, as mais afastadas do continente europeu.

As eleições europeias do próximo ano serão decisivas para o futuro imediato da UE, uma vez que delas sairá o novo Parlamento Europeu, e condicionarão a composição



da nova Comissão Europeia, ambos essenciais para a promoção de uma Europa unida e de uma ultraperiferia visível.

### **Futuro da Política de Coesão**

Exortamos as novas instituições a defender a Política de Coesão enquanto pilar fundamental do processo de integração europeia, garantindo a sua identidade e objetivos originais e a sua atual abordagem de governação a vários níveis.

Assim, esperamos que o princípio de “não prejudicar a coesão” se projete em todas as políticas europeias, evitando iniciativas que possam ter um impacto negativo na coesão territorial e inclusivamente deixar algumas regiões para trás, preocupação que deverá ser claramente partilhada pelos nossos Estados.

Os territórios aprisionados na "armadilha do desenvolvimento" descrita no 8º Relatório sobre a Coesão são terreno fértil para sentimentos antieuropeus, que exigem respostas concretas e imediatas. Por conseguinte, consideramos essencial reforçar a adaptação das políticas europeias e das suas medidas de acompanhamento, a fim de melhorar a atratividade das nossas regiões, garantindo simultaneamente o princípio da justiça social.

### **Orçamento Europeu**

A revisão do Quadro Financeiro Plurianual representa uma oportunidade única para dotar a União dos recursos necessários para enfrentar os desafios atuais e futuros, a partir de uma abordagem solidária que tenha em conta o princípio da realidade geográfica. Qualquer novo instrumento deve garantir, portanto, a inclusão das Regiões Ultraperiféricas, conforme o art.º 349 do TFUE, evitando que apenas as mais desenvolvidas sejam beneficiadas.

Por outro lado, instamos as instituições europeias a agilizar, o mais possível, a tramitação das propostas legislativas que permitam o adiamento do encerramento da programação 2014-2020.



## Fit for 55

O processo de negociação do pacote legislativo *Fit for 55* está quase concluído e as RUP, mesmo tendo obtido algumas exceções e derrogações, ainda que insuficientes e na sua maioria transitórias, continuam extremamente preocupadas com os efeitos da sua aplicação nas suas economias, na mobilidade dos seus cidadãos, no abastecimento a preços razoáveis e na sua convergência com a União Europeia.

Urge, portanto, uma avaliação de impacto global sobre a aplicação deste pacote e uma análise dos efeitos cumulativos e combinados das diferentes propostas sobre as RUP.

Do mesmo modo que o custo da implementação destes objetivos para a indústria automóvel europeia começa a ser tido em conta, também as dificuldades de implementação destes objetivos nas Regiões Ultraperiféricas, o devem ser.

Reclamamos, assim, que os atos delegados da Comissão para aplicação do Pacote e os sucessivos relatórios sobre a revisão da aplicação de cada uma das suas medidas, avaliem a situação das Regiões Ultraperiféricas numa secção específica.

## Energia

Dada a sua situação geográfica, e num contexto de desafios e objetivos cada vez mais ambiciosos, as Regiões Ultraperiféricas devem beneficiar de um maior apoio para o desenvolvimento de todos os seus recursos naturais, incluindo a biomassa e o hidrogénio, tanto na produção como no armazenamento.

## Imigração

A União Europeia é um polo de atração para os nossos vizinhos e continuará a sê-lo se não conseguirmos colmatar o défice de desenvolvimento. A resposta da União ao fenómeno da imigração irregular permanecerá ineficaz enquanto os seus instrumentos não forem adaptados à realidade do fenómeno, esquecendo as regiões que se encontram na linha da frente desta crise humanitária.





Para além da adoção de medidas a longo prazo, concebidas numa perspetiva de co-desenvolvimento com os países de origem e do estabelecimento de canais de migração legais, organizados e seguros, é urgente fazer face às situações de emergência que estamos a viver. Mais uma vez, reivindicamos uma verdadeira corresponsabilidade da União e de todos os seus Estados-Membros, garantindo uma atenção digna e o respeito pelos direitos humanos das pessoas que chegam, em especial no que respeita aos menores migrantes não acompanhados.

Para tal, importa avançar numa atribuição específica do FAMI às RUP que se veem afetadas pelo fenómeno migratório irregular. Esta atribuição deve ser feita de forma mais flexível com base em indicadores realistas, dada a imprevisibilidade e a emergência deste fenómeno. Apelamos ainda à adoção de medidas específicas, na linha da resposta da Comissão à situação em Lampedusa.

### **Cooperação Territorial Europeia**

A nossa posição geográfica é um ativo para toda a Europa, pelo que apelamos às instituições europeias para que aprofundem, desde já, a sua reflexão sobre a inserção regional das RUP.

Congratulamo-nos com os progressos anunciados pela Comissão Europeia durante o evento sobre a inserção regional das Regiões Ultraperiféricas, organizado sob a Presidência espanhola do Conselho da UE, e instamo-la a adotar uma verdadeira política de vizinhança alargada, com instrumentos *ad hoc* e recursos próprios.

Neste contexto, instamos a Comissão Europeia a que, no próximo quadro financeiro, concretize a concertação de fundos para a implementação de projetos das RUP através de uma dotação orçamental específica dos fundos de política externa com os programas de cooperação territorial europeia das RUP.

### **Fiscalidade e Alfândegas**

Salientamos a importância estratégica dos nossos regimes fiscais específicos como dinamizadores económicos das nossas regiões e solicitamos que os mesmos, incluindo



a Zona Franca da Madeira, sejam protegidos no contexto dos recentes desenvolvimentos na celebração de acordos internacionais que procuram homogeneizar a tributação direta.

Esta situação específica deve também ser tida em conta no âmbito da futura reforma aduaneira, para a qual solicitamos a realização de estudos prévios específicos do respetivo impacto.

### **Transportes**

Reivindicamos a criação de um programa operacional financeiro específico para os transportes e a conectividade nas RUP (POSEI Transportes), fora dos fundos estruturais, que possa atenuar as dificuldades decorrentes do afastamento e do aumento dos preços, a fim de garantir a conectividade das nossas regiões a nível interno, nacional e europeu.

### **Agricultura**

Apelamos a que se incentive a colaboração interinstitucional para reforçar o orçamento do POSEI, a fim de promover a nossa autonomia agrícola, agroindustrial e agroalimentar. Esperamos que a avaliação do POSEI, atualmente em curso, traga à luz do dia esta necessidade que há anos tem sido expressa.

Além disso, no âmbito da revisão do regulamento relativo à proteção dos animais durante o transporte e operações afins, reiteramos a necessidade de ter em conta as nossas especificidades, especialmente no que diz respeito ao transporte de animais vivos por via marítima.

### **Pescas**

A Política Comum de Pesca e a Política Marítima devem ser revistas de forma a permitir o desenvolvimento dos sectores da pesca e da economia azul sustentável nas RUP, projeções da União Europeia nas respetivas bacias.



Embora o aumento do limiar dos auxílios *de minimis* seja um progresso, não é a solução para os problemas de renovação da frota pesqueira. Por isso, reiteramos a necessidade de a Comissão garantir, desde já, o apoio à renovação da frota pesqueira através da flexibilização da Política Comum de Pescas e da alteração da atual metodologia exigida para demonstrar o equilíbrio entre a capacidade e as possibilidades de pesca, dificilmente aplicável nas Regiões Ultraperiféricas.

Tendo em vista o próximo período de programação, reiteramos a nossa solicitação para que seja incluída no FEAMPA a possibilidade de ajuda à renovação da frota nas Regiões Ultraperiféricas.

## **Relações institucionais**

### *Comissão Europeia*

Acreditamos que a nova Comissão Europeia irá recuperar os instrumentos de parceria anteriormente disponibilizados às RUP e que considerávamos consolidados, nomeadamente o Fórum das Regiões Ultraperiféricas, que foi um elemento essencial para a visibilidade das nossas regiões.

Sublinhamos que a estratégia para as RUP é o resultado de um processo de construção conjunto e solicitamos que o acervo consolidado da Ultraperiferia não seja posto em causa, evitando, assim, qualquer interpretação restritiva suscetível de prejudicar os nossos interesses.

Exortamos a nova Comissão a manter o nível de atenção particular que tem sido dada às Regiões Ultraperiféricas através da Unidade RUP. Solicitamos que o seu papel de coordenação inter-serviços seja reforçado e que as suas funções evoluam no sentido de permitir uma análise mais aprofundada de dossiers específicos.

Congratulamo-nos com a intenção declarada pela Comissão de investir no nosso potencial. Por conseguinte, apelamos a que se continuem a envidar esforços no sentido de reforçar as capacidades dos nossos recursos humanos, especialmente na preparação e gestão de projetos europeus no âmbito dos programas horizontais.



*Parlamento Europeu*

Acolhemos com entusiasmo o último relatório sobre a estratégia para as RUP, salientando a sua ambição de formular propostas que vão além do quadro da estratégia da Comissão. Estamos seguros de que este apoio será mantido na próxima legislatura com a mesma intensidade.

*Conselho*

Confiamos que a Presidência espanhola completará o trabalho em defesa das RUP promovido pelas suas antecessoras, as Presidências portuguesa e francesa, e pedimos expressamente que promova, nas próximas conclusões do Conselho de Assuntos Gerais, orientações políticas claras que permitam que a estratégia para as RUP evolua na direção indicada pelo Parlamento Europeu, e pelos Estados e regiões na sua posição comum de 19 de janeiro de 2022.

\*\*\*





Num mundo em mudança, confrontado com crises sucessivas, sobrepostas e inesperadas, com os desafios colocados pela transição económica e social para um mundo mais ecológico e digital, e com debates em curso como o relativo ao futuro da Política de Coesão e a repartição solidária do orçamento europeu, continua a ser necessária a sensibilização para as nossas realidades específicas, a fim de continuar a avançar para uma Europa que respeite e seja sensível à dimensão territorial.

**AÇORES**

**CANÁRIAS**

**GUADALUPE**

**GUIANA**

**MADEIRA**

**MARTINICA**

**MAIOTE**

**REUNIÃO**

**SAN MARTÍN**